



# Cocriação por uma Transformação Sistêmica

CIDADE ESCOLA  
**APRENDIZ**



# Diagnóstico

resumo executivo

# Leitura do Contexto

Reunindo dados secundários aos desafios identificados nas escutas para a pesquisa *Territórios Educativos e Educação Integral em tempos de crise*, este diagnóstico possibilita discutir diferentes desafios, dentre os quais:

- Efeitos das vulnerabilidades nas trajetórias escolares e constituição subjetiva das crianças, adolescentes e profissionais;
- Articulação da rede de proteção no enfrentamento das vulnerabilidades e na defesa do direito à educação das crianças e adolescentes;
- Condições para trabalho docente: tempo e pesquisa na comunidade para implementação de propostas de Educação Integral;
- Organização do ensino (currículo e metodologias).

# Políticas Públicas

A educação básica teve, no ano de 2020, o seu pior orçamento em dez anos, com redução de investimentos em todos os setores. Desde 2018, foram retirados da educação básica o investimento de aproximadamente R\$3 bilhões de reais em comparação aos anos anteriores. Além do expressivo corte de verbas para o setor, cabe ressaltar a inexistência de projetos que respondessem aos efeitos econômicos e sociais da pandemia na educação.

A permanência de políticas intersetoriais como o Saúde na Escola durante a pandemia só se tornou efetiva por meio do fortalecimento das redes locais, uma vez que a atual gestão pública federal tem sido marcada por históricos cortes de verbas para as políticas educacionais e sociais, além de conduzir uma gestão marcada pela falta de planejamento e descontinuidade de políticas e programas estruturantes, segundo afirmam especialistas da área.

**Fonte:** (Diagnóstico em consolidação)

## O Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, tem validade de 10 anos e estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem orientar as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos - considerando a situação, as demandas e necessidades locais.

### 9 Metas sobre acesso, trajetória e aprendizado

Metas 1 a 5 e 7 a 9 (educação básica) e 12 (educação superior)

### 1 Meta sobre a ampliação de recursos destinados ao setor

Meta 20

### 4 Metas sobre a formação dos docentes

Metas 13 a 16

### 1 Meta sobre a gestão da educação

Metas 19

### 2 Metas sobre a carreira e a remuneração dos docentes

Metas 17 e 18

### 1 Meta sobre a educação em tempo integral

Meta 6

### 2 Metas sobre a educação profissional

Metas 10 e 11

Fonte: INEP / CENSO ESCOLAR 2021

Segundo o último levantamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, apenas 15% dos dispositivos previstos no PNE devem ser cumpridos no prazo previsto.

E não é que os outros dispositivos apenas não avancem no prazo esperado: muitas das metas na verdade estão regredindo. É o caso das metas 6, 9, 10 e 20, que tratam, respectivamente, da Educação Integral (EI), alfabetização, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do financiamento público da educação.

**Fonte:**

[deolhonosplanos.org.br/metas-regressao-pne](http://deolhonosplanos.org.br/metas-regressao-pne)

# Retrocessos nas políticas públicas

- Distanciamento e desarticulação entre o Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos estaduais e municipais de educação;
- Ausência de ações conjuntas emergenciais entre governo federal e demais instâncias e instituições do sistema educacional como resposta à pandemia da Covid-19;
- Insegurança e trocas de gestão no Ministério da Educação (MEC) e demais cargos estratégicos da educação, totalizando de 2019 até o momento quatro diferentes ministros com baixa expertise na área, cinco Secretários(as) da Educação Básica, cinco presidentes do Inep, quatro presidentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e três presidentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Crises institucionais que causaram pedidos de demissão em massa no interior dos órgão educacionais, fragilizando importantes políticas como, por exemplo, [o Exame Nacional do Ensino Médio \(ENEM\)](#);

- Redução histórica do orçamento para a educação básica, chegando em 2020 ao valor de R\$ 32,5 bilhões apenas, menor valor da década investido no setor;
- Durante a pandemia, a pauta de educação domiciliar (homeschooling) foi uma das mais discutidas na agenda legislativa do governo federal, que deixou de dar encaminhamento a outras, de maior relevância;
- Veto ao PL da Conectividade, que visava garantir o direito à acesso à internet para o ensino remoto de crianças e adolescentes durante a pandemia;
- Desarticulação de discussões legislativas importantes sobre os projetos de Lei Complementar do Sistema Nacional de Educação (SNE);
- Descontinuidade do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas da educação infantil e do ensino fundamental;
- Aprovação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ensino Médio, onde consta a liberação de até 20% da carga horária do Ensino Médio diurno possa ser cursada a distância, e de até 30% para o período noturno;

- Instituição da [Política Nacional de Educação Especial \(PNEE\)](#) via Decreto Presidencial (10.502/2020), repercutindo no retrocesso de um paradigma conservador e ultrapassado de segregação de estudantes em classes e escolas especiais;
- Indefinição quanto à atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), à luz da BNCC e de reestruturações do Ideb, cujas metas estão fora do prazo estipulado desde 2021;
- A Política Nacional de Alfabetização (PNA) apresenta ações tímidas, desalinhadas com outras iniciativas realizadas no âmbito dos estados e municípios.

# Dados Sociais

- Renda
- Nutrição
- Violência contra crianças e adolescentes
- Saúde
- Trabalho Infantil

# Renda: aumento da pobreza

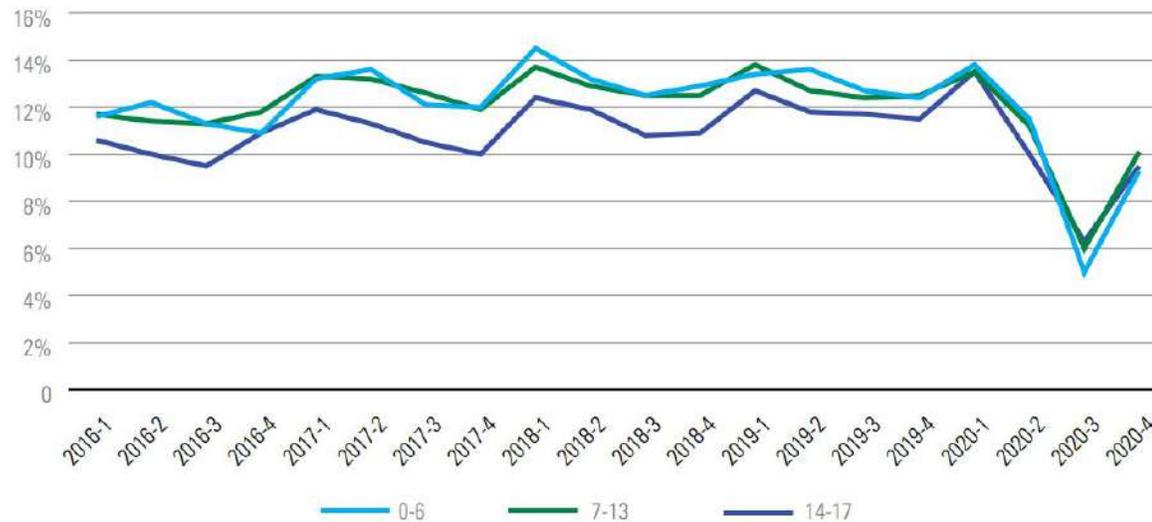
Segundo análise do IBGE em 2020, sem a intervenção dos programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza.

De 2012 a 2019, a diferença entre as taxas de pobreza e extrema pobreza, com e sem benefícios de programas sociais, oscilou entre 2 e 3 pontos percentuais. Em 2020, porém, na ausência simulada dos benefícios sociais, a diferença seria de 7,2 pontos percentuais para extrema pobreza e 8,0 pontos percentuais para pobreza.

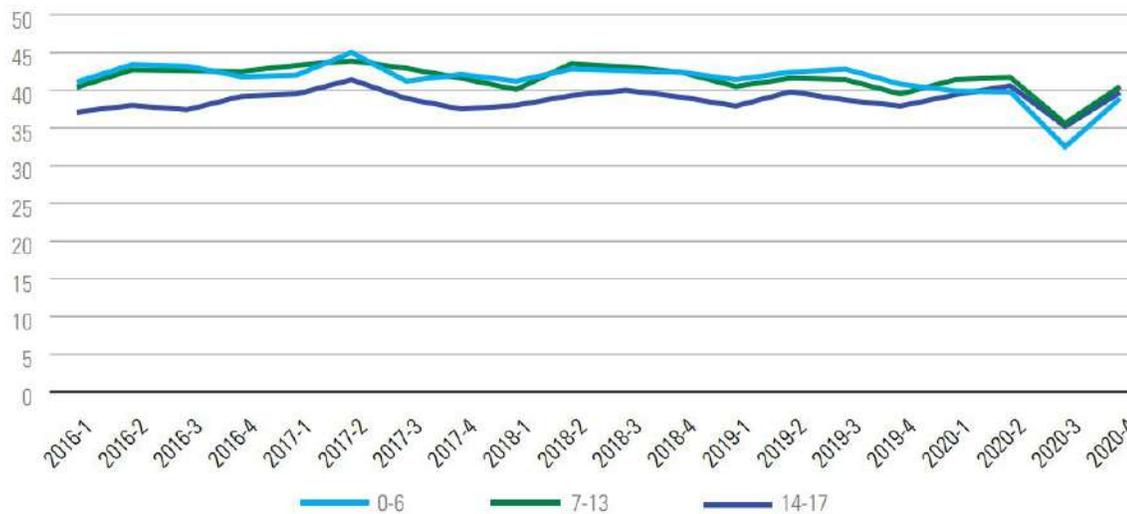
O aumento da pobreza em todas as regiões e, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste, tem impacto direto nas condições mínimas de proteção e cuidado de crianças e adolescentes.

**Fonte:** Síntese dos indicadores sociais do IBGE. Dezembro/2021

**Gráfico 5: Parcela de diferentes grupos de crianças e adolescentes abaixo da linha da pobreza extrema, de US\$ 1,90/dia**



**Gráfico 7: Parcela de diferentes grupos de crianças e adolescentes abaixo da linha da pobreza de US\$ 5,50/dia**



Fonte: [Pobreza infantil monetária no Brasil, Unicef](#)

# Renda: crianças e adolescentes são os mais impactados

Segundo o Unicef, crianças e adolescentes foram os mais afetados pela pobreza monetária durante os últimos dois anos de pandemia. O estudo mostra que **a pobreza monetária e a pobreza monetária extrema impactam hoje o dobro de crianças e adolescentes, em comparação aos adultos.**

De acordo com a pesquisa, **39% da população infanto-juvenil encontra-se em estado de pobreza monetária** (brasileiros que vivem com menos de U\$5,50 por dia), enquanto **10% vive em situação de pobreza monetária infantil extrema** (diária inferior a U\$1,90). Um recorte racial revela que estas condições impactam duas vezes mais crianças não-brancas.

*Fonte: Unicef*

**A pobreza monetária infantil é cerca de o dobro para não brancos e para moradores das regiões Norte/Nordeste**

# A pobreza impacta a vida

*“A pobreza infantil é mais do que a falta de meios monetários. Embora medidas como a renda familiar sejam importantes, elas fornecem apenas uma visão parcial da situação das crianças que vivem na pobreza. Portanto, para entender toda a extensão da pobreza infantil, bem como o impacto da COVID-19 sobre ela, devemos observar quais são as privações que as crianças vivenciam.*

*Antes da pandemia, segundo estudo realizado pelo UNICEF em base a PNAD 2015[1], no Brasil 61% das meninas e dos meninos brasileiros viviam na pobreza multidimensional, isto é monetariamente pobres e/ou estando privados de um ou mais direitos considerando acesso a serviços de educação, água e saneamento, moradia, acesso à informação e proteção contra o trabalho infantil.”*

Liliana Chopitea (Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação da Cooperação da UNICEF Brasil - outubro/2021), em entrevista: [Após dois anos de pandemia, crianças e adolescentes são os mais impactados.](#)

# Nutrição: crise na segurança alimentar da população

Em 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer.

De 2020 para 2022, o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). São 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em pouco mais de um ano.

A falta de políticas públicas de proteção amplia a crise econômica, aumenta a desigualdade e há um agravamento da segurança alimentar da população brasileira.

Em 2021/2022 125,2 milhões de brasileiros/as não tinham certeza se teriam o que comer no futuro próximo, limitando a qualidade ou quantidade de alimentos para as refeições diárias — um aumento de 7,2% em relação a 2020.

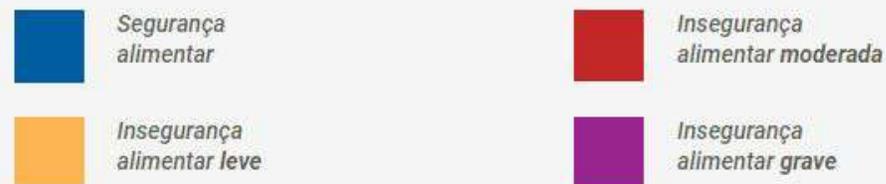
**Fonte:** *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) analisa dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022. Foram entrevistados 12.745 domicílios (urbanos e rurais) de 577 municípios, distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal.*



# 33,1 milhões

DE BRASILEIROS/AS ESTÃO  
PASSANDO FOME

Mais da metade da população do país –  
125,2 milhões de pessoas – vive com  
algum grau de insegurança alimentar



# Insegurança alimentar na infância e adolescência

Os dados revelam um impacto maior e constante na redução da qualidade dos alimentos consumidos entre famílias com crianças ou adolescentes

Pesquisas realizadas pelo UNICEF durante a pandemia mostram que houve alteração nos hábitos alimentares entre a população que reside com crianças e adolescentes (61%), quando comparados aos não residentes com esse público (52%).

Dentre os residentes com crianças ou adolescentes, 40% relataram aumento de consumo tanto de alimentos industrializados e 29% relataram aumento de consumo de refrigerantes durante a pandemia - entre os não residentes com esse público, esses valores correspondem a 22% e 18%, respectivamente.

De acordo com dados de maio de 2021, 13% dos residentes com crianças ou adolescentes declararam que, desde o começo da pandemia, alguma criança ou adolescente do domicílio havia deixado de comer por falta de dinheiro, proporção que representa cerca de 8 milhões de pessoas que residem com esse público.

**Fonte:** Unicef

# Violência contra crianças e adolescentes

Segundo o relatório “*Global status report on preventing violence against children 2020*” (ONU), aproximadamente, **1 bilhão de crianças, metade das crianças do mundo, são submetidas a alguma forma de violência, cenário que se aprofundou a partir da pandemia da COVID-19.** O documento aponta que os países não estão preparados com estratégias adequadas de enfrentamento a esse tipo de violência e alerta que o crescimento de casos é um dos efeitos do isolamento social no período de pandemia, em que grande parte das escolas do mundo foi fechada.

**O Brasil esteve entre os países que mantiveram escolas fechadas pelo maior período de tempo,** deixando crianças e adolescentes brasileiras ainda mais vulneráveis à situações de violência, em especial pela impossibilidade de denúncia por outros adultos para além do convívio familiar.

Conforme os dados publicados pelo Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2022), é possível identificar que uma das consequências do isolamento prolongado no Brasil foi o aumento significativo nos casos de maus-tratos a crianças e adolescentes em 2021.

**Fonte:** *(Diagnóstico em consolidação)*

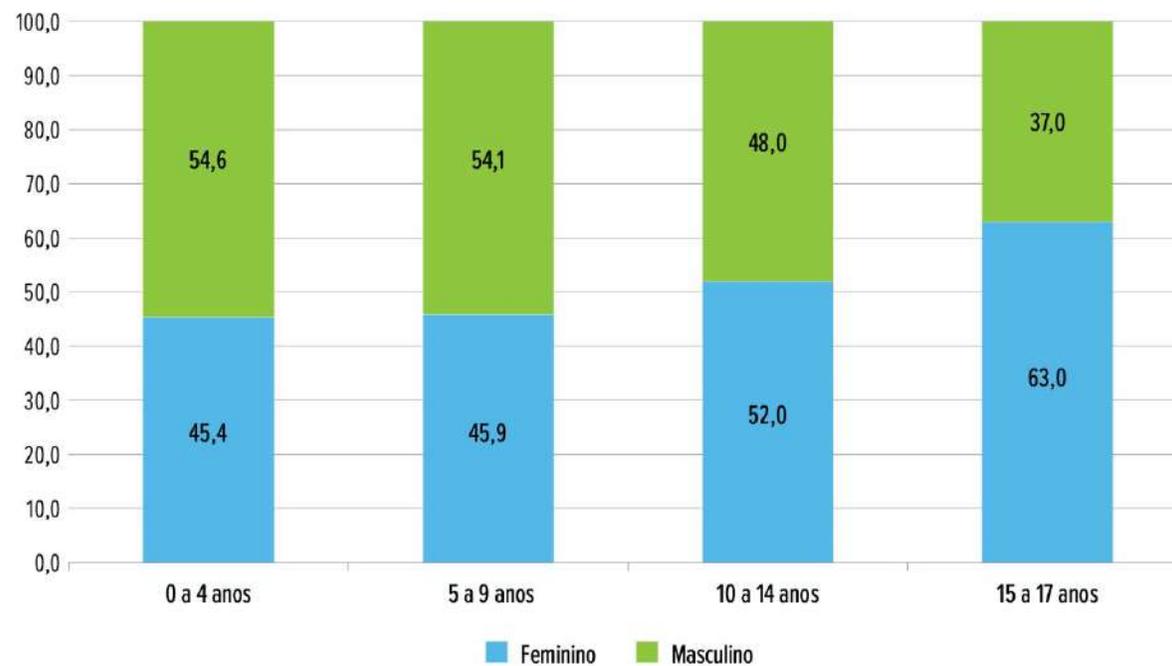
Comparado a 2020, quando notificou-se **15.846 casos**, no ano seguinte houve **aumento de 21% nas notificações de maus tratos** a crianças e adolescentes, com um total total de 19.136 ocorrências. O aumento dos casos, segundo o estudo, pode ter relação tanto com a subnotificação em 2020 devido ao isolamento social como com a volta à sala de aula, já que muitas denúncias são feitas por educadores.

Entre os muitos vieses observados, destaca-se a **alta de 26% nos casos entre crianças de 5 a 9 anos**. Outro indicativo mostra **crescimento de 19% nas ocorrências entre vítimas de 0 a 4 anos**. Em casos de abandono de incapaz, caracterizado pela negligência de cuidados básicos como saúde, guarda e educação, os dados mostram ainda **aumento de 11%** nesta categoria, passando de 7.145 para 7.908 no período analisado. Crianças de 5 a 9 anos correspondem a mais de um terço das vítimas desse tipo de crime.

**Fonte:** ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FBSP, 2022.

## 40% dos registros não possuem a informação de raça/cor da vítima

Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária e sexo (em %)  
Brasil, 2021



# Saúde: sofrimento psíquico

”Estamos saindo de uma pandemia que, só no Brasil, deixou milhares de mortos, milhões de enlutados, pessoas com efeitos colaterais significativos, famílias devastadas (muitas dentre elas tinham como arrimo uma das vítimas do COVID), soma-se a isso um contexto econômico desesperador, com aumentos contínuos do valor da cesta básica, desemprego, aumento do trabalho precarizado. O sofrimento é o modo em que cada um, utilizando-se dos recursos psíquicos dos quais dispõem, lida com a situação.”

Paulo Bueno, psicanalista, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Fonte:**

[educacaointegral.org.br/reportagens/automutilacao-e-suicidio-na-escola-o-sofrimento-tem-uma-dimensao-sociopolitica-diz-paulo-bueno](https://educacaointegral.org.br/reportagens/automutilacao-e-suicidio-na-escola-o-sofrimento-tem-uma-dimensao-sociopolitica-diz-paulo-bueno)

**23,3%** das ocorrências de autolesão estão na faixa etária dos **15 a 19 anos**  
Ministério da Saúde, 2021

[ipqhc.org.br/2022/07/29/7390](https://ipqhc.org.br/2022/07/29/7390)

# Saúde das meninas: gravidez na adolescência

- 19 mil nascimentos, por ano, de mães com idade entre 10 a 14 anos

Ministério da Saúde reunidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

- Embora em queda, a média de adolescentes grávidas no Brasil supera a mundial. A cada mil meninas, 53 estão grávidas. A média mundial é de 41.

Relatório sobre a Situação da População Mundial do Fundo de População da ONU

*7 em 10 meninas grávidas ou com filhos, são negras e 6 de 10 não trabalham e não estudam (Dados IBGE)*

## TAXA DE FECUNDIDADE ADOLESCENTE em 2019

Região	10 a 14 anos	15 a 19 anos
Norte	4,8 ‰	74,9 ‰
Nordeste	3,1 ‰	54,5 ‰
Sudeste	1,6 ‰	38,2 ‰
Sul	1,5 ‰	38,9 ‰
Centro-Oeste	2,6 ‰	50,1 ‰

Fonte: DATASUS/SINAASC, 2019



# Trabalho Infantil

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), entre os anos de 2016 a 2019, o contingente de crianças e adolescentes trabalhadores infantis no Brasil caiu de 2,1 milhões para 1,8 milhão. Não foram divulgados dados regionais e por unidades da Federação na nova série histórica.

“A série histórica registra a tendência de diminuição do trabalho precoce. Contudo, é muito pequena para garantir a erradicação de todas as formas de trabalho infantil em 2025, compromisso firmado pelo Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas”, analisa o FNPETI.

Ainda segundo o Fórum Nacional, o cumprimento da meta torna-se ainda mais improvável devido ao agravamento da crise socioeconômica no contexto da pandemia da Covid-19, pela desestruturação de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, pela ausência de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade e também pela redução de recursos financeiros para as ações de fiscalização do trabalho por parte do governo federal. O agravamento da situação atual será captado pelas pesquisas de 2020 e 2021.

**Fonte:** *Observatório da Educação*

# TRABALHO INFANTIL NO **BRASIL**



**1,768 MILHÃO**

de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham no Brasil

**66,1%** são pretas ou pardas

**53,7%** entre 16 e 17 anos

**25,0%** entre 14 e 15 anos

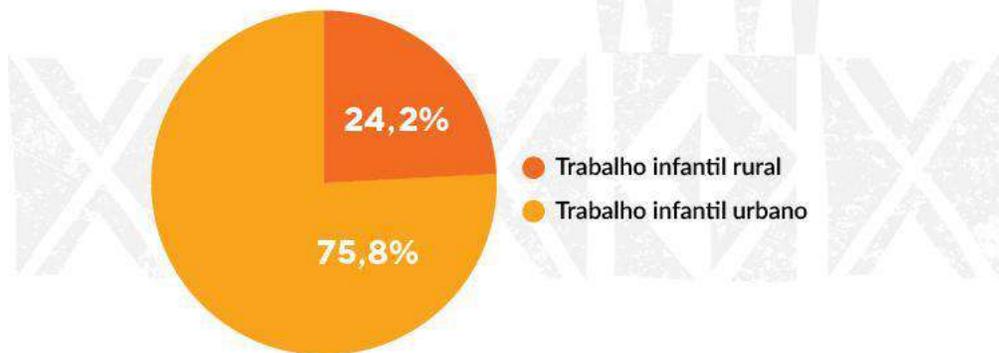
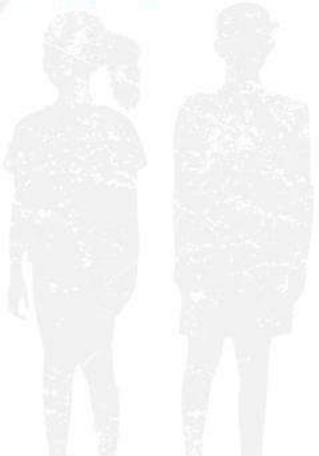
**21,3%** entre 5 e 13 anos

O número de meninos em situação de trabalho infantil

**66,4% = 1174 MILHÃO**

É o dobro de meninas trabalhadoras

**33,6% = 594 MIL**



Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o número de crianças e adolescentes negros em situação de trabalho é maior do que o de não negros. **Os pretos ou pardos representam 66,1% das vítimas do trabalho infantil no país.**

# Aumento do número de crianças em situação de rua

Depois de 15 anos sem levantamento, Censo realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (em julho 2022) aponta que **3.759 crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos e 11 meses, vivem em situação de rua.**

10,7% deste total, que corresponde a 401 crianças e adolescentes, pernoitam nas ruas; outras 609 (16,2%) estão acolhidos nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica) e em Centros de Acolhida Especial para Famílias.

Os dados revelam ainda que a maior parcela, 2.749 (73,1%) crianças e adolescentes, utiliza as ruas como forma de sobrevivência, ainda que por um breve período do dia.

Do total de 3.150 crianças e adolescentes que estão pernoitando nas ruas ou com outras trajetórias de risco, **1.953 (62%) têm atividades de trabalho irregular.**

**Fonte:** [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/noticias/?p=332785](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=332785)

# Dados Educativos

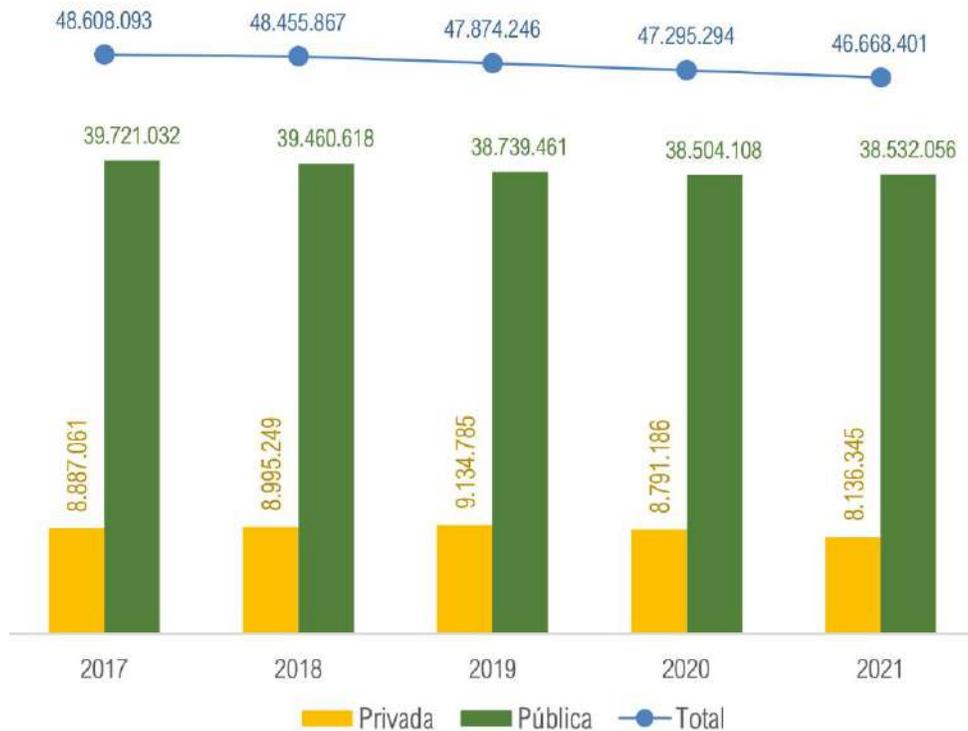
- Acesso à educação
- Retratos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio
- Educação inclusiva
- Educação quilombola e indígena
- Alfabetização
- Evasão

# Acesso à Escola

O cenário de acesso à educação no Brasil é alarmante. Os dados apresentados refletem os efeitos da fragmentação das políticas educacionais observadas nos últimos anos, que fragilizam as conquistas estabelecidas na última década. Apontam como a pandemia da COVID-19 no Brasil intensificou o contexto de violação de direitos básicos para a população, em especial entre os grupos mais vulneráveis social e economicamente.

# Acesso à Educação Básica

Gráfico 3. Evolução do total de matrículas na educação básica por rede de ensino - Brasil 2017-2021



Em 2021, foram contabilizadas **46,7 milhões de matrículas** nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 627 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2020, o que corresponde a uma **redução de 1,3%** no período.

Entre os anos de 2021 e 2019 a rede privada teve uma redução de 10%. No mesmo período, a **rede pública teve uma redução de 0,5%**.

Quase a **metade dos alunos matriculados são atendidos pelos municípios** brasileiros (49,6%).

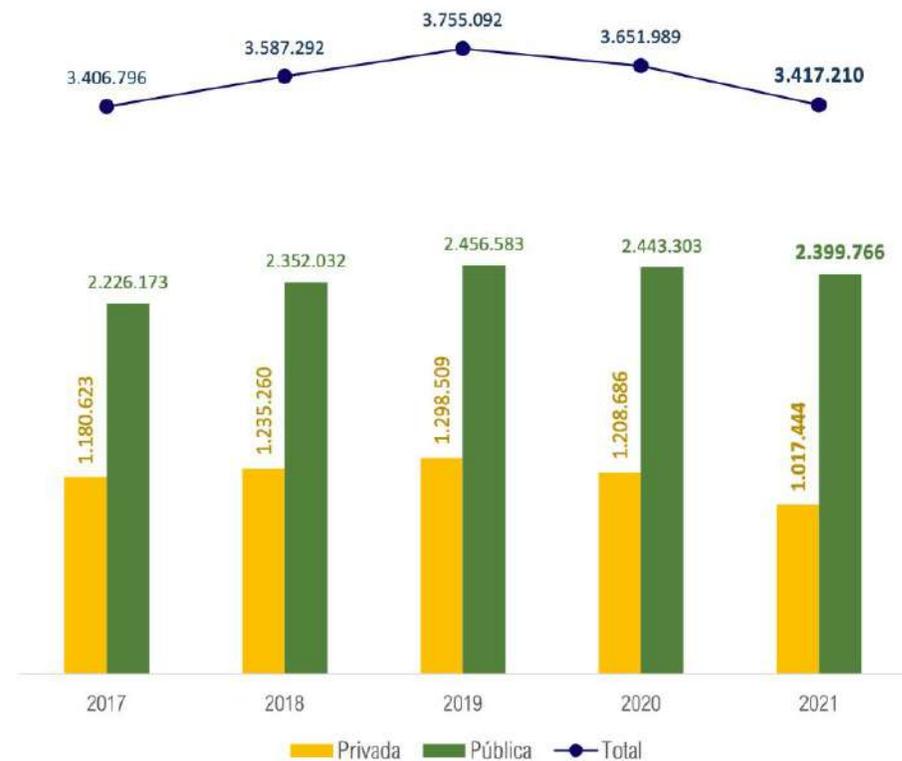
**Fonte:** INEP/CENSO ESCOLAR 2021

# Educação infantil

## Creche

Apesar do crescimento verificado até 2019, as **matrículas em creche caíram 9%** de 2019 a 2021. O recuo ocorreu principalmente na rede privada, que apresentou queda de 21,6% de 2019 a 2021 - **a rede pública teve queda de 2,3%**.

Gráfico 6. Evolução das matrículas em creche por rede de ensino - Brasil 2017-2021



## Pré-escola

Assim como na creche, observa-se uma **redução da matrícula na Pré-escola**. No período entre 2019 e 2021 a **queda foi de 6%**, ocasionada principalmente pela **redução de 25,6% na rede privada**.

Fonte: INEP/CENSO ESCOLAR 2021

Gráfico 7. Evolução das matrículas em pré-escola por rede de ensino - Brasil 2017-2021

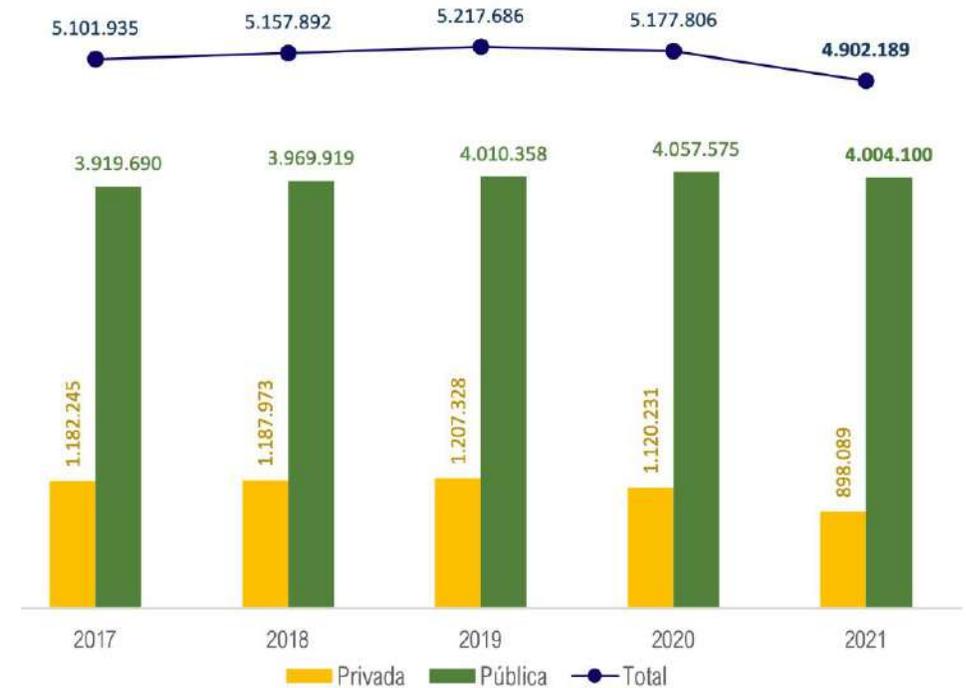


Gráfico 13. Evolução das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa - Brasil 2017-2021



# Ensino Fundamental

## Anos Iniciais

69,3% das escolas de educação básica (123,6 mil) oferecem alguma etapa do ensino fundamental. Dessas, 106,8 mil oferecem os anos iniciais. Com 10,1 milhões de alunos, a **rede municipal tem uma participação de 69,6% no total de matrículas dos anos iniciais e concentra 84,8% dos alunos da rede pública.**

Gráfico 14. Evolução das matrículas nos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa - Brasil 2017-2021



## Anos Finais

Com 4,8 milhões de alunos, a rede estadual tem uma participação de 40% no total de matrículas dos anos finais, dividindo a responsabilidade do poder público nesta etapa de ensino com os municípios, que possuem 5,3 milhões de alunos (44,7%).

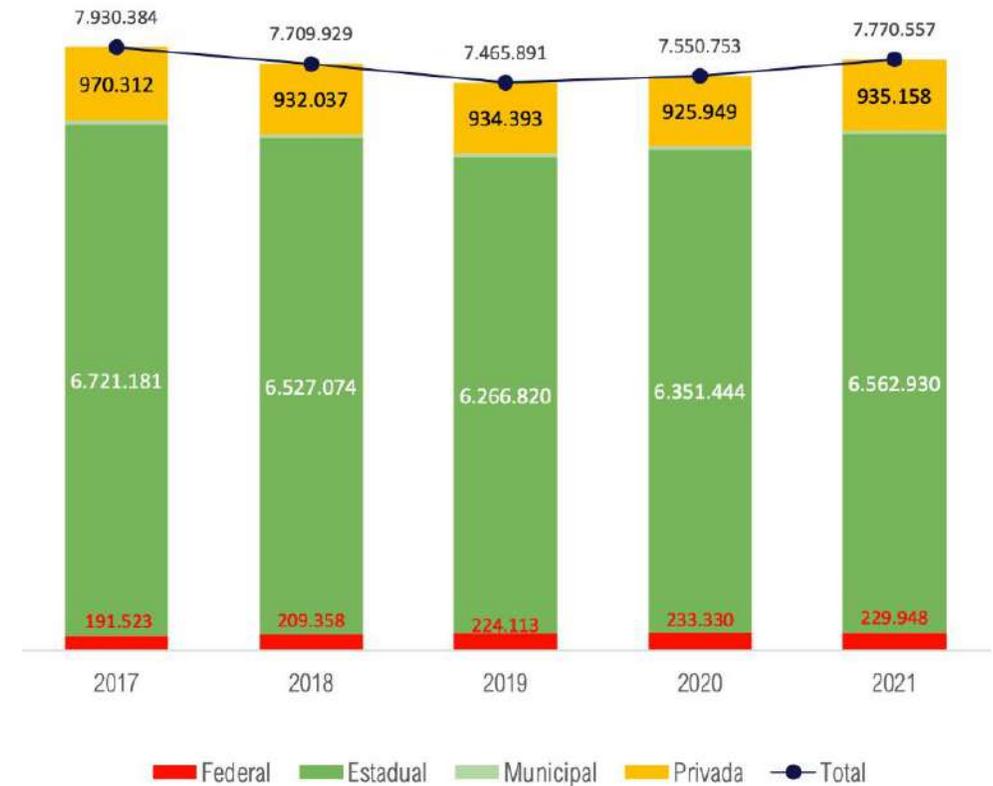
Fonte: INEP/CENSO ESCOLAR 2021

# Ensino Médio

Foram registradas **7,77 milhões de matrículas no ensino médio em 2021**, aumentando **2,9% no último ano**. Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observadas nos últimos dois anos (aumento de 4,1% de 2019 a 2021). Entre os estudantes do ensino médio, **94,6% dos alunos frequentam escolas urbanas**. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2021), **92,5% da população de 15 a 17 anos frequentam escolas no Brasil**.

*Fonte: INEP/CENSO ESCOLAR 2021*

Gráfico 22. Evolução das matrículas no ensino médio por dependência administrativa - Brasil 2017-2021





Escola Quilombola Olegário Bispo, em Itapecuru - MA



Escola Quilombola Olegário Bispo, em Itapecuru - MA

## Escolas quilombolas, indígenas e ribeirinhas

Segundo dados de 2017, havia **2300** escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos no País para cerca de 5 mil comunidades quilombolas.

Das **255.888** matrículas registradas nas escolas indígenas do país, **5.365** são em creches, enquanto outras **27.053** estão matriculadas na pré-escola. No ensino fundamental está concentrado o maior número de estudantes – **174.422** – e no ensino médio são **26.878**. Além disso, **21.891** estão matriculados na educação de jovens e adultos e **279** se inscreveram em cursos de educação profissional.

Encontramos a maior concentração de **escolas ribeirinhas** na região da Amazônia, onde está a maior parte dos ribeirinhos brasileiros: são **350** comunidades compostas por **37 mil** pessoas.

*Fonte: Centro de Referências em Educação Integral / Matérias*

# Educação inclusiva

## Tendência histórica

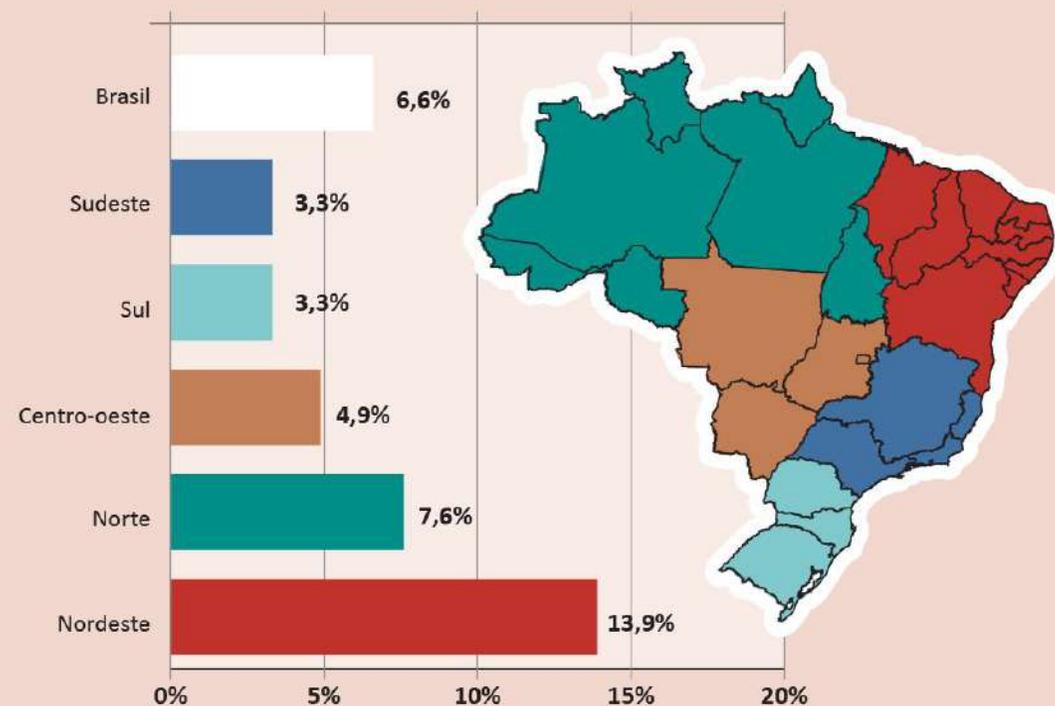
Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no período de 2003 a 2013, observa-se o crescimento das matrículas de estudantes com algum tipo de deficiência.

- As matrículas de jovens com deficiência no Ensino Médio aumentaram quase 88%.
- No Ensino Superior, o aumento ficou pouco acima dos 83%.
- Em 2020, o número de matrículas de estudantes com deficiência chegou a 1,3 milhão, um aumento de 34,7% em relação a 2016.
- Entre os estudantes de 4 a 17 anos, observa-se que o percentual de matrículas em turmas e escolas inclusivas continuou aumentando gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020.

*Fonte: Observatório da Educação*

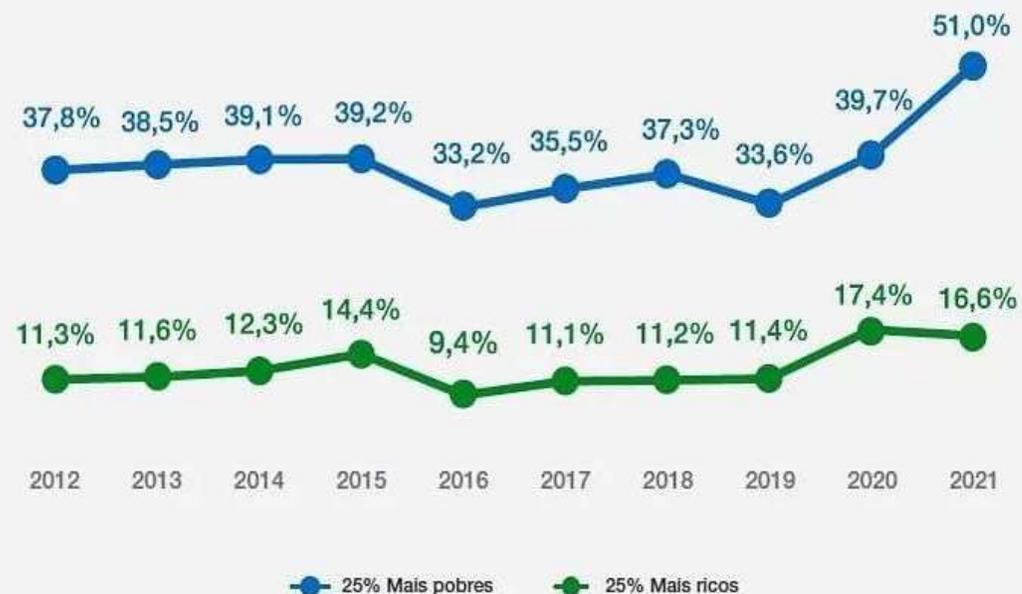
**Alfabetização:**  
aumento nos índices  
de pessoas que não  
sabem ler e escrever

Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

**Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil  
(Por quartil de renda domiciliar per capita do domicílio, de 2012 a 2021)**



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

O percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever quase dobrou no período da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Os dados sobre o analfabetismo entre os mais jovens foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua pesquisa “Todos pela educação”. No total, cerca de 2,4 milhões de crianças brasileiras não foram alfabetizadas nesta faixa etária. Isso representa cerca de 40,8% do total dos brasileiros dessa idade.

**Fonte: IBGE**

# Condições e práticas de estudo durante a pandemia

“Os dados desta pesquisa (...) demonstram que, se considerarmos as variáveis de raça, gênero e renda, as consequências da pandemia atingem de forma desigual os diferentes grupos sociais. Por exemplo, nenhuma das famílias brancas aponta como dificuldade “aumento dos conflitos e/ou situações de violência intrafamiliares”, “diminuição do número de refeições realizadas pelos membros da família”, “mudança ou perda de residência/território”, “membros da família contaminados e/ou falecidos pela Covid-19”, problemáticas estas que afetaram apenas as famílias negras e inter-raciais entrevistadas. A falta de equipamento para a realização das atividades, o acesso aos materiais didáticos e o despreparo para acompanhar o ensino remoto atinge todas as famílias, mas, como vimos, têm maior reflexo sobre as famílias negras e as meninas negras.”

**Fonte:** [A educação das meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades, p.58, 105-6, Geledés Instituto da Mulher Negra.](#)

Tabela 40 - Número de família que consideram ou não o método de ensino remoto e interação dos docentes com as crianças/adolescentes adequados à sua realidade, total e por raça/cor

Respostas	Total		Negras		Brancas		Inter-raciais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	16	15,24	6	8,22	3	27,27	7	33,33
Não	57	54,29	51	69,86	1	9,09	5	23,81
Às vezes	32	30,48	16	21,92	7	63,64	9	42,86

Não/às vezes
Nem todos têm acesso à internet.
Nem todos têm acesso à equipamento.
Nem todos os familiares conseguem acompanhar os estudantes.
Falta de apoio da Secretaria de Educação aos profissionais da educação.
Adaptação dos profissionais da educação.
Lidar com os efeitos da pandemia.
Falta de atenção da escola.
Problemas emocionais.
Educação à distância precariza.
Não houve tempo para preparação.
As atividades esbarram com o trabalho remoto dos adultos responsáveis.
Porque não há resolução de dúvidas imediata.
Conteúdo.

# Evasão e abandono: os mais afetados

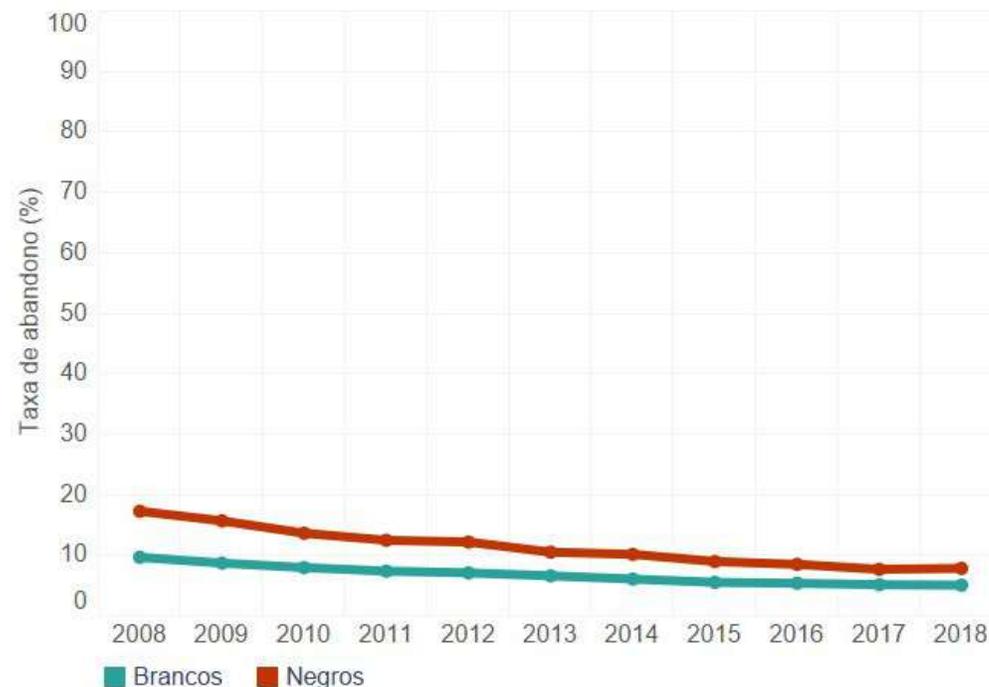
- Cor/raça
- Gênero

# os mais afetados

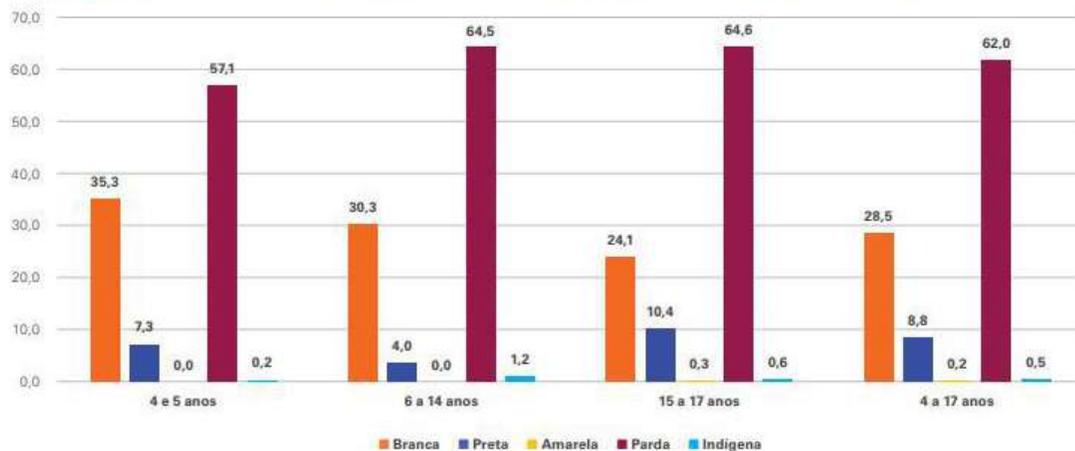
Estudantes não-brancos são os mais afetados quando consideramos índices de abandono e evasão escolar, com fortes marcas da exclusão sistemática que sofrem ao longo da trajetória escolar, causadas por reprovações sucessivas que geram a distorção idade-ano de escolarização.

De acordo com dados da PNAD 2019, estudantes negros e indígenas de 4 a 17 anos correspondem a 71,3% das crianças e adolescentes fora da escola nesta faixa etária.

**Fonte:** Observatório da Educação



**Gráfico 13.** Crianças e adolescentes fora da escola, segundo cor/raça, Brasil, 2019 (%)



**Fonte:** IBGE. *Pnad 2019*. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

## Cor/raça

Jovens negros, de ambos os sexos, representam 59,8% do público fora do ambiente escolar, sobretudo quando observados os de sexo masculino, que somam 34,7%.

Guia sobre Evasão e Abandono Escolar

**Fonte:** Observatório da Educação

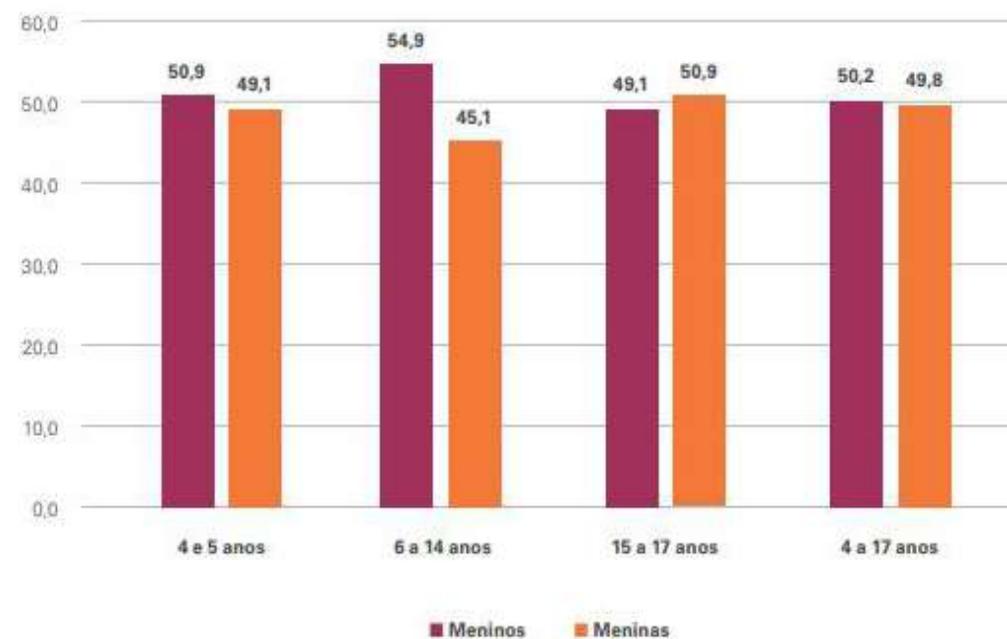
# Gênero

“O abandono e a evasão escolar entre adolescentes homens e mulheres têm cenários e motivações diversos. Os números gerais apresentados pela PNAD Contínua (2019), analisados no estudo sobre o Cenário da Exclusão Escolar do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) demonstram de que forma o abandono escolar atinge meninos e meninas. Ao considerar a faixa etária na qual a escolarização é obrigatória (4 a 17 anos), os meninos são maioria entre os estudantes fora da escola. Ao considerar a faixa etária do Ensino Fundamental (6 a 14 anos), a diferença da exclusão por gênero chega a ser 10% maior para os meninos. Por fim, a pesquisa ainda destacou que essa tendência se inverte no Ensino Médio, entre os adolescentes de 15 a 17 anos o percentual de meninas fora da escola é maior, ainda que por uma margem pequena.”

Guia sobre Evasão e Abandono Escolar

**Fonte:** Observatório da Educação

**Gráfico 12.** Crianças e adolescentes fora da escola, segundo o sexo, Brasil, 2019 (%)



**Fonte:** IBGE, Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

## **Dados colhidos nas escutas feitas nesta pesquisa**

Apresentamos agora uma síntese das percepções recolhidas e sistematizadas a partir do processo de escuta.

Muitos dos problemas revelados pelos dados secundários, reaparecem aqui sob as formas das experiências e vozes de profissionais de escolas, redes de ensino e organizações, e também de estudantes, ainda que estes mais pontualmente.

# Desafios

## **Aprofundamento das vulnerabilidades sociais (fome, violência, saúde mental) e o desafio da intersetorialidade**

Lidar com a fome, o aumento da violência e o aumento de fragilidades relativas à saúde mental nas redes e comunidades escolares tem sido extremamente desafiador e fator de grande preocupação e desgaste para as equipes de profissionais. Embora aqui englobados na mesma categoria de “vulnerabilidades sociais”, cada um dos problemas vivenciados mereceria destaques específicos no que diz respeito aos seus efeitos no cotidiano e às formas de enfrentamento.

As políticas de intersetorialidade são ainda muito frágeis e as iniciativas individuais de algumas instituições e indivíduos, não conseguem dar conta de todas as necessidades, indicando a urgência de fortalecimento das redes de proteção para a população de estudantes da Educação Básica.

## **Fragilidade nas relações de convivência, socialização, trabalho coletivo e espaços de participação. Em parte, esta fragilidade fica refletida no aumento de conflitos interpessoais e violência intraescolar.**

As experiências revelam que os desafios relacionados à socialização e ao aprimoramento dos processos de escuta nas relações educativas não são pontuais, mas demandam investimento sério e sistemático.

Após dois anos sem experiência de grupo e construção do conhecimento na escola e nas práticas sociais, a convivência e a socialização têm sido desafiadoras e, ao mesmo tempo, os profissionais relatam sentirem-se pouco preparados para a escuta necessária.

## **Espaços escolares com infraestrutura e usos que desestimulam práticas de engajamento e participação.**

Além de infraestrutura inadequada, os espaços escolares também são considerados pouco atrativos para os estudantes e, ao mesmo tempo, pouco acolhedores. Reconhece-se que a organização dos espaços está diretamente relacionada à troca e construção de vínculos entre estudantes e profissionais.

O uso de espaços fora da escola tem sido mais frequente, embora pareça não ocorrer com a frequência desejada.

## **Sustentabilidade dos projetos X a descontinuidade dos profissionais em suas funções no campo educacional.**

Durante os encontros de escuta por muitas vezes foram mencionados processos de descontinuidades.

“...a sensação é de que a cada ano é um recomeço”.

Uma das maneiras de enfrentar este desafio tem sido o registro cuidadoso dos processos vivenciados, como “forma de mostrar a quem chega como trabalhamos”.

**Pressão por resultados para superar as "defasagens da aprendizagem" no retorno presencial pós crise pandêmica, principalmente no que diz respeito às competências leitora e escritora e a distorção idade-ano de escolaridade.**

O retorno das aulas presenciais tem sido acompanhado por um aumento da pressão entre profissionais e estudantes pela busca de resultados e de restituição do tempo considerado "perdido" durante a pandemia.

Sem tempo para se repensar as experiências, a tendência é ver reproduzida a lógica de que o insucesso das práticas escolares deve-se aos estudantes e ao contexto em que vivem. Quando as redes mencionam as dinâmicas sociais e econômicas e as fragilidades dos contextos dos estudantes, são apreciações pouco articuladas com as redes intersetoriais para a proteção de crianças e adolescentes.

**Inovações restritas a espaços "autorizados" como as eletivas / experimentação fora do regular.**

A criação e experimentação de novas práticas ficam restritas, especialmente no Ensino Médio, às disciplinas eletivas. Práticas interdisciplinares, atividades de pesquisa e de estabelecimento de relações com os territórios ou a maior participação dos estudantes na definição das atividades curriculares acabam se concentrando em certas disciplinas, não caracterizando o projeto pedagógico escolar como um todo.

**Na percepção dos estudantes escutados nesta pesquisa, foram considerados pontos fundamentais para transformação da educação:**

- Enfrentamento ao racismo (e conseqüente cumprimento da lei 10.639);
- Superação da falta de reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos;
- Incorporação de mais atividades ligadas à expressão, ao corpo e à arte ao currículo.

A large white circle with a brushstroke border is centered on a teal background. The brushstroke is composed of several overlapping strokes in yellow, orange, and purple. The text "Relatórios consultados" is written in a bold, teal, sans-serif font inside the white circle.

# Relatórios consultados



**Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes.**

Disponível em:  
[unicef.org](https://www.unicef.org)



**Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes.**

Disponível em:  
[unicef.org](https://www.unicef.org)



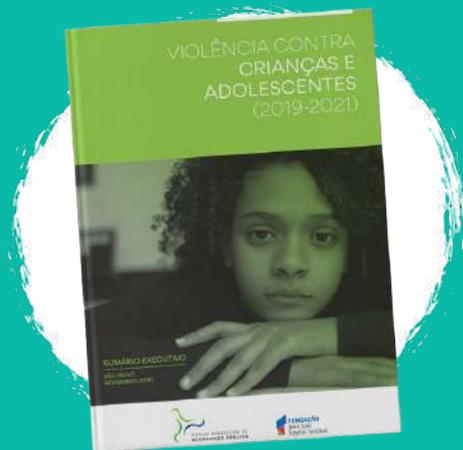
A educação de meninas negras em tempos de pandemia.

Disponível em:  
[www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)



Um retrato da infância e da adolescência no Brasil.

Disponível em:  
[fadc.org](http://fadc.org)



**Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021).**  
Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Fundação José Egydio Setúbal. São Paulo:  
Novembro/2021.

Disponível em:  
[forumseguranca.org.br](http://forumseguranca.org.br)



**Compilação de dados pela Coalização Brasileira.**

Disponível em:  
[coalizaobrasileira.org.br](http://coalizaobrasileira.org.br)



## Relatório da Oxfam: A desigualdade mata.

Disponível em:  
[oxfam.org.br](https://oxfam.org.br)



## Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Disponível em:  
[forumseguranca.org.br](https://forumseguranca.org.br)



**Cenário da exclusão escolar no Brasil - um alerta sobre os impactos da pandemia de Covid-19.**

Disponível em:  
[unicef.org](https://www.unicef.org)



**PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019/2020)**

Disponível em:  
[ibge.gov.br](https://www.ibge.gov.br)



## Censo Escolar (INEP, 2021)

Disponível em:

[gov.br/inep](http://gov.br/inep)



CIDADE ESCOLA  
**APRENDIZ**